

# RESPONSABILIDADE CIVIL PELA DETERIORAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO DO BRASIL E PORTUGAL

Maria Vitória Assis Magalhães Corrêa; Dr. Élcio Nacur Rezende (Orientador)

## Faculdade Milton Campos

Direito, Nova Lima e <https://www.mcampos.br/>

### Introdução

A preservação do patrimônio histórico urbano é um desafio constante em muitas cidades, tanto no Brasil quanto em Portugal. Neste trabalho, exploraremos as implicações da responsabilidade civil pela deterioração do patrimônio histórico urbano no contexto do Brasil e de Portugal, destacando a necessidade de proteger e preservar esses tesouros culturais para as gerações futuras.

### Objetivos

Trazer maiores esclarecimentos acerca da Responsabilidade Civil Ambiental sob a ótica da proteção dos bens ambientais ligados ao patrimônio histórico urbano e trazendo um comparativo com a Legislação Portuguesa com objetivo de trazer reflexões sobre a tratativa do Poder Público e da população sobre a manutenção desses bens culturais.

### Metodologia

Pesquisa exploratória de delineamento bibliográfico e documental, com consulta a doutrina do direito ambiental, a legislação vigente e normas internacionais

### Resultados

A internalização do patrimônio histórico urbano e sua conservação vêm acompanhando as transformações do espaço urbano e uma demanda pela preservação do passado. Assim, parte dessas práticas, como a apropriação popular e a valorização do patrimônio, tem como propósito resgatar esses bens e os aproximando da população, com objetivo de ressignificar os entendimentos acerca desse patrimônio histórico-cultural.

Percebe-se diversas semelhanças das formas de proteção entre os países, sendo essa observação consagrada com a Carta de Lisboa para a manutenção do acervo histórico urbano. Contudo, a grande diferença entre os âmbitos jurídicos perpassa, principalmente, pelo reconhecimento dos responsáveis pelo dano e a forma de compensação.

### Conclusões

A Responsabilidade Civil Ambiental é um grande aliado na proteção do patrimônio histórico urbano e sua internalização propõe a execução desse direito difuso de proteção resguardado pelas Constituições da República tanto em Portugal quanto no Brasil. E, apesar de existirem diferenças entre a forma com a qual esse instituto é aplicado, é reconhecido uma aproximação entre ambos os países com objetivo de resguardar esse valor histórico por meio de políticas públicas.

